

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO - (Em reais mil)

126,675

997

997

107.012 790

110.200

99.618

103.183

(3.703)

2.026 380 926

277.664

BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Rua Paraíba, 330 - 22º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2008 73.760 57.237 3.301 13.767 40.132

37 141 16.382

40.011

2.998

82.573 3.573

Senhores Acionistas,
Cumprindo determinações legal e estatutária, apresentamos as
Demonstrações Financeiras do primeiro semestre findo em 30 de
junho de 2009, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer
dos Auditores Independentes.
O Banco Semear encerra o primeiro semestre de 2009 apresentando
um resultado positivo de R\$ 84 mil (R\$ 2.825 mil em 30 de junho de
2008), impactado pelas ocorrências verificadas no mercado

173,664

2.457

1.029 140.929

140 155.247

85.068

93.817

(8.749)

9.621

1.940

318.768

As notas explicativas

ATIVO

Carteira própria
 Instrumentos Financeiros Derivativos:

Setor privado
 Concentration de liquidação
 Concentration de liquidação
 Concentration de liquidação
 Concentration de liquidação

Setor privado
 (-) Provisão para créditos de liquidação

Operações de crédito: (nota 7) ...

Setor público

Outros valores e bens: (nota 10)

Outros créditos: (nota 9)

Permanente .

Imobilizado de uso Intangível . Diferido
Total do Ativo .

(nota 4)

• Aplicações no mercado aberto

• Aplicações em depósitos interfinanceiros .

Títulos e valores mobiliários: (nota 5)

Ativo Circulante

financeiro globalizado, especialmente ao final do ano de 2008. No semestre considerado, o Património Líquido acumula um saldo de R\$ 73,945 milhões (R\$ 79,771 milhões em 30 de junho de 2008), sendo que, com o objetivo de fortalecer o capital próprio da Instituição, foi aprovado em Assembléia Geral de Acionistas realizada no dia 30 de junho de 2009, um aumento de capital de R\$ 4,078 milhões, cujo processo encontra-se aguardando homologação pelo Banco Central do Brasil. 4,078 milhões, cujo processo e pelo Banco Central do Brasil.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO Passivo Circulante

Outros Depósitos
Relações Interfinanceiras
Outras obrigações: (nota 12)
Não Circulante e Exigível a Longo

Prazo ...

Depósitos: (nota 11) ...

Depósitos interfinanceiros ...

Depósitos a prazo ...

Outras obrigações: (nota 12) ...

Receitas antecipadas ...

Patrimônio Líquido ...

Capital social - De domiciliado no país ...

Reserva de capital ...

Reserva de lucros ...

Peserva Legal ...

Reserva de lucios
 Reserva Legal
 Reserva de Retenção de Lucros

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido

egrante das demonstrações contábeis

• Depósitos a prazo ..

Adicionalmente, cumpre destacar a elevação das carteiras de crédito e captação da Instituição, respectivamente, nos montantes de R\$ 249,204 milhões (R\$ 214,311 milhões em 30 de junho de 2008) e R\$ 222,323 milhões (R\$ 176,204 milhões em 30 de junho de 2008). A Administração da instituição vem cumprindo as prerrogativas assumidas para uma gestão eficiente de concessão do crédito, bilindando a Instituição ante às restrições de oportunidades impostas pelo mercado, de modo a possibilitar atingir, uma rentabilidade

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

, ,		$\overline{}$
DISCRIMINAÇÃO	2009	2008
Receitas de Intermediação Financeira	45.593	37.631
Operações de crédito (nota 14)	42.767	36.646
Resultado de operações com títulos e		
valores mobiliários (nota 14)	2.287	894
Resultado com instrumentos financeiros		
derivativos (nota 14)	539	91
Despesas de Intermediação Financeira	(32.777)	(12.740)
Operações de captação no mercado:		
(nota 14)	(10.235)	(8.408)
Provisão para créditos de liquidação	` ′	
duvidosa: (nota 14)	(22.542)	(4.332)
Resultado Bruto da Intermediação		
Financeira	12.816	24.891
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(16.661)	(23.762)
Receitas de prestação de serviços: (nota 15)	115	58
Rendas de tarifas bancárias: (nota 15)	1.224	1.045
Despesas de pessoal: (nota 15)	(790)	(713)
Outras despesas administrativas: (nota 15).	(15.714)	(20.492)
Despesas tributárias: (nota 15)	(471)	(451)
Outras receitas operacionais: (nota 15)	1.656	767
Outras despesas operacionais: (nota 15)	(2.681)	(3.976)
Resultado Operacional	(3.845)	1.129
Resultado não Operacional	2.049	2.647
Resultado antes da Tributação sobre o		
Lucro e Participações	(1.796)	3.776
Imposto de renda e contribuição social		
sobre lucro: (nota 16)	(1.313)	(1.231)
Ativo fiscal diferido (nota 8)	3.203	280
	1.890	(951)
Participações estatutárias no lucro	(10)	-
Lucro Líquido do Semestre	84	2.825
Lucro Líquido por Lote de Mil		
Ações - R\$	0,00	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho

Monetário Nacional.

f. Outros valores e bens – Despesas antecipadas
A apropriação das parcelas de despesas com comissão sobre
operações de créditos está de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
g. Imobilizado

Imobilizado de dezembro de 1995 e deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados - 2000.

Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do Imobilizado está ajustado ao seu valor recuperável.

h. Intangível

Corre

Intaligação Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto rerereinse a bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Está composto

pertinente.

i. Diferido

As despesas diferidas de organização e expansão correspondem a benfeitorias em imóveis de terceiros e gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas informatizados registrados até a edição da Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Os valores relativos às cotas mensais de amortização estão refletidos no resultado do período.

j. Provisão para imposto de renda e contribuição social É calculada com base no resultado contábil ajustado do período, sendo os efeitos do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social contabilizados como imposto de renda diferido no ativo.

k. Provisões de férias e décimo terceiro salário. As provisões de férias, acrescida do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

l. Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m. Outros critérios contábeis

pro rata die, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

M. Outros critérios contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que modifica alguns dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), com vigência a partir do exercício de 2008. Em termos gerais, a nova lei requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Ressaltamos que a adoção inicial da referida Lei não apresentou impactos relevantes nas informações semestrais da Instituição, considerando que as principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, que afetam as operações da Instituição, já vinham sendo adotadas em função das normas contábeis já existentes emanadas pelo Banco Central do Brasil. Destacamos a seguir as práticas contábeis modificadas pela nova Lei:

O ativo diferido fica restrito às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação;

Os investimentos passam a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, aplicado para as participações de 20% ou mais do capital votante (anteriormente o percentual era pelo capital total). A referida alteração somente passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2009 para as instituições financeiras;

Foi criado um suberquo no patrimônio líquido denominado

manaceiras; Foi criado um subgrupo no patrimônio líquido denominado "Ajuste de Avaliação Patrimonial", destinado ao registro de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de

Nesse contexto, as operações realizadas pela Instituição já estão Nesse contexto, as operações realizadas pela Instituição ja estao apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização, pois as operações ativas e passivas pré-fixadas estão ajustadas a valor presente pela existência das contas de rendas a apropriar e despesas a apropriar que ajustam essas operações aos valores que seriam obtidos na realização como se fossem operações à vista, bem como para os créditos e obrigações sujeitos a variações pós-fixadas, que são realizadas pelo seu valor à vista e tem os respectivos valores periodicamente compatível para o seu posicionamento. É com esta palavra que encaminhamos aos acionistas o resultado deste trabalho, agradecendo o apoio sempre presente. A nossos colaboradores e, sobretudo, nossos clientes e parceiros,

A nossos cotatoradores e, sobretudo, nossos chemes e parceiros um agradecimento especial pela confiança e prestígio com que fomos distinguidos.

A ADMINISTRAÇÃO

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em reais mil) (Elaborada pelo Método Indireto)

2009 2008

Lucro líquido do Semestre	84	2.825
Ajustes do resultado do semestre com		
recursos provenientes de atividade		
operacionais:		
Depreciação e amortização	257	284
Provisão para devedores duvidosos	22.542	4.332
Atualização de títulos patrimoniais	(177)	-
Provisão para créditos tributários	(3.203)	(280)
	19.503	7.161
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.052)	1.286
Títulos e valores mobiliários	(158)	(6.544)
Operações de crédito	(72.571)	(30.764)
Outros créditos	(774)	374
Outros valores e bens	1.653	(8.772)
Relações Interfinanceiras e interdependência	(794)	(665)
	(83.696)	(45.085)
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	63.886	37.001
Relações Interfinanceiras	42	138
Outras obrigações	(2.450)	689
Variação nas receitas antecipadas	55	16
	61.533	37.844
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES		
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.660)	(80)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS	(2.660)	(80)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.660)	(80)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos	178	-
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Imobilizado de uso	, ,	(80) - 296
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Imobilizado de uso Alienação (aquisições) no Intangível	178 247 (185)	296 (4)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Imobilizado de uso Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no diferido	178 247	296
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Imobilizado de uso Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no diferido RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES	178 247 (185) (251)	296 (4) (429)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Imobilizado de uso Alienação (aquisições) no Intangível	178 247 (185)	296 (4)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos de uso Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no diferido RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE	178 247 (185) (251)	296 (4) (429)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Imobilizado de uso Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Interpreta CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE	178 247 (185) (251)	296 (4) (429)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no diferido RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO . FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	178 247 (185) (251) (11)	296 (4) (429)
FLUXO DE CALXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Imobilizado de uso Alienação (aquisições) no Intangível	178 247 (185) (251)	296 (4) (429)
FLUXO DE CALXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Imobilizado de uso Alienação (aquisições) no Intangível	178 247 (185) (251) (11)	296 (4) (429)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no diferido RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO . FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	178 247 (185) (251) (11) (2.000)	296 (4) (429)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Interpreta de Investimento RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Juros sobre o capital próprio provisionados Aumento de capital	178 247 (185) (251) (11) (2.000) 4.078	296 (4) (429)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no diferido RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO . FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Juros sobre o capital próprio provisionados Aumento de capital RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	178 247 (185) (251) (11) (2.000)	296 (4) (429)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Interpreta la lienação (aquisições) no Interpreta la SECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS DIVOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS DE FINANCIAMENTOS ENCURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	178 247 (185) (251) (11) (2.000) 4.078 2.078	296 (4) (429)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Interpreta ALIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS JUROS sobre o capital próprio provisionados Aumento de capital RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES	178 247 (185) (251) (11) (2.000) 4.078 2.078 (593)	296 (4) (429) (137)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangivel Alienação (aquisições) no Intangivel Alienação (aquisições) no Interpreta RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Juros sobre o capital próprio provisionados Aumento de capital RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVÂLENTES Disponibilidades no início do semestre	178 247 (185) (251) (11) (2.000) 4.078 2.078 (593) 912	296 (4) (429) (137)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Interpreta RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Juros sobre o capital próprio provisionados Aumento de capital RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES Disponibilidades no início do semestre Disponibilidades no final do semestre Disponibilidades no final do semestre	178 247 (185) (251) (11) (2.000) 4.078 2.078 (593)	296 (4) (429) (137)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Intangível RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO . FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Juros sobre o capital próprio provisionados Aumento de capital RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS PINANCIAMENTOS REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES Disponibilidades no início do semestre Disponibilidades no final do semestre REDUÇÃO NO CAIXA E REDUÇÃO NO CAIXA E	178 247 (185) (251) (11) (2.000) 4.078 2.078 (593) 912	296 (4) (429) (137)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) de Invetimentos Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Intangível Alienação (aquisições) no Interpreta RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Juros sobre o capital próprio provisionados Aumento de capital RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES Disponibilidades no início do semestre Disponibilidades no final do semestre Disponibilidades no final do semestre	178 247 (185) (251) (11) (2.000) 4.078 2.078 (593) 912	296 (4) (429) (137)

atualizados pelas taxas das operações. Dessa forma, o ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo, bem como para as operações de curto prazo, não ocasionou ajustes para o Banco Semear.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ O saldo das anlicações interfinançairas de limitar sar

demonstrações contábeis

APLICAÇÕES ÍNTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ				
,	30.06.2009			
Aplicações no Mercado Aberto:	20.696	20.700		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.696	1.000		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	19.700		
Aplicações em Depósitos				
Interfinanceiros:	1.430	997		
Certificados de Depósitos				
Interfinanceiros - ĈDI	1.430	997		
Total	22.126	21.697		
Curto Prazo	8.429	997		
Longo Prazo	13.697	20.700		

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, a Instituição mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2009, podem ser assim sumariadas:

J	30.06.2009
Posição Ativa:	1.430
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	1.430
Posição Passiva:	1.501
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	1.501

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

S. TITULOS E VALORES MOBILLÁRIOS
São representados, essencialmente, por Letras Financeiras do
Tesouro – LFT, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Cotas
de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC. Em
função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/2001,
as LFTs são classificadas como "disponíveis para negociação",
sendo o ajuste a valor de mercado reconhecido na demonstração
do resultado. Por sua vez, os CDBs e as Cotas de Fundos de
Investimentos estão classificados como "mantidos até o
vencimento".

Os títulos e valores mobiliários podem sei	r apresentados	como segue:
TÍTULOS DE RENDA FIXA	30.06.2009	30.06.2008
Carteira Própria - Livres:	25.900	12.444
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.029	10.436
Certificados de Depósitos Bancários -		
CDB	2.307	2.008
Cotas de Fundos de Investimentos	3.564	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	672	76
Operações de SWAP (a)	672	76
Total - Circulante	26.572	12.520
Curto Prazo	2.457	7.212
Longo Prazo	24.115	5.308
CATALLE BY ST. O. C. T	T2: .	D

	Valor pela	Valor de mercado	
Descrição	curva	(contábil)	Resultado
Cotas de FIDCs	3.564	3.564	600
Totais	3.564	3.564	600

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

			Reserv	va de Lucro		
	Capital Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos	Total
Saldos em 31.12.2007	39.582	128	2.857	34.329	-	76.896
Outros eventos:						
 Reversão da Reclassificação para 						
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	(34.329)	34.329	-
 Atualização de Títulos Patrimoniais 	-	50	-	-	-	50
Lucro do semestre	-	-	-	-	2.825	2.825
Destinações:						
Constituição de Reserva Legal	-	-	141	-	(141)	-
 Reclassificação para Reserva de 						
Retenção de Lucros				37.013	(37.013)	
Saldos em 30.06.2008	39.582	178	2.998	37.013		79.771
Saldos em 31.12.2008	39.582	247	2.998	28.922	-	71.749
Aumento de capital	4.078	-	-	-	-	4.078
Outros eventos:						
 Atualização de títulos patrimoniais 	-	34	-	-	-	34
Lucro do semestre	-	-	-	-	84	84
Destinações:						
Constituição de Reserva Legal	-	-	4	-	(4)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
 Reclassificação para Reserva de 						
Retenção de Lucros				80	(80)	
Saldos em 30.06.2009	43.660	281	3.002	27.002		73.945

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Instituição iniciou suas atividades em 2 de outubro de 1995, sendo posteriormente adquirida pelos acionistas do Grupo Seculus, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006.

em 1º de fevereiro de 2006. Está autorizada a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Atua especialmente com produtos de crédito, ofertando para pessoas físicas crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privadas, além de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor - CDC. Para pessoas jurídicas, concentras enos segmentos de pequenas e médias empresas, operando nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e fiança bancária.

modalidades de capital de giro, secondo bancária.

Por sua vez, capta recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, garantindo rentabilidade, segurança e líquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras e Fundos de Investimento Financeiro de Direitos Creditórios (FIDCs), mediante cessões de créditos consignados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As informações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emandas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável, conforme descrito na nota explicativa nº 3 (I). A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC não era requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo Banco Central do Brasil até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 mas a partir do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2008 foi elaborada pelo método indireto para fins de sua apresentação comparativa.

apresentação comparativa. Por sua vez, também na Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC, para fins de concentrar no fluxo operacional toda a atividade de intermediação financeira, as variações quanto às captações de recursos em depósitos foram transferidas da atividade de financiamento para a atividade operacional.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa L'aixa e equivalentes de caixa
Conforme Resolução nº 3.604/2008 do Conselho Monetário
Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários,
investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco
insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de
vencimento igual ou inferior a 90 dias.
Sua composição pode ser aceim sintationale.

Sua composição pode ser assim sintetizada:

1 7 1	30.06.2009	30.06.2008
Caixa	149	171
Reservas Livres	170	157
Total	319	328

As aplicações interfinanceiras
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos até a data do balanco

custo de aplicação, acrescitas dos renamientos até a data debalanço.

d. Títulos e valores mobiliários

A Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados polo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados

- requintencia e de tolma ativa, sondo comanizados per valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.
- e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.

 *Títulos disponíveis para venda Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do património líquido "Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

 *Títulos mantidos até o vencimento Os títulos e valores mobiliários os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

 *Coutros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo
 São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Rua Paraíba, 330 - 22º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2009 - (Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos abaixo os Fundos de Investimentos em	Direitos Creditórios (FIDCs) para	os quais as cotas subordinadas estão	registradas

em 50 de junio de 2009.				
Denominação	Adminstradora	Data de constituição	Tipo de cessão	Prazo de duração
Fundo de Investimento em Direito Creditórios FX Multisegmentos	Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	01/10/2008	Crédito consignado	10 anos contados de sua assinatura
Fundo de Investimento em Direito Creditórios FG Multisegmentos	Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	28/10/2008	Crédito consignado	10 anos contados de sua assinatura

O Banco Semear é responsável pela cobrança dos direitos creditórios cedidos aos FIDCs, podendo utilizar-se de eventuais agentes cobradores subcontratados, cabendo-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Ademais, o Banco Semear foi contratado como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios adquiridos pelos FIDCs.

Os Fundos estão sujeitos aos riscos de flutuação de mercado,

Os Fundos estão sujeitos aos riscos de flutuação de mercado, risco de crédito das respectivas contrapartes, riscos sistêmicos, condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis aos direitos creditórios, ativos financeiros e demais modalidades operacionais da carteira dos fundos. Neste semestre, foram recomprados a totalidade dos créditos cedidos sem coobrigação ao FIDC FG Multisegmentos, no montante de R\$8.676 mil, com a respectiva contrapartida do recebimento de R\$2.400 mil proveniente do resgate de parte das cotas subordinadas aplicadas no referido FIDC, restando ainda, em 30 de junho de 2009, aplicado o valor de R\$ 216 mil, o qual, integra o saldo de R\$ 3.564 mil supra demonstrado.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações contábeis do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações. As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão representados por títulos públicos federais (83,63%), por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (4,74%) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDIs (2,94%), cotas de fundo de investimentos (7,32%) e, ainda, por operações de SWAP (1,37%). Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

a Derivativos:

O Banco Semear realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de Swap de taxas (Prefixado x CDI), que tem o objetivo de atenuar o risco de descasamento de taxas de parte do fluxo de caixa originado por operações de cessão de créditos com coobrigação realizadas com instituições financeiras não ligadas. Tais operações encontram-se registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sem margem de garantia.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos é parte integrante das Receitas de Intermediação Financeira e pode ser sumariado na forma seguinte:

riado na forma seguinte

Operações com Derivativos	30.06.2009	30.06.2008
- Mercado Futuro - Indice Bovespa		15
- SWAP - CDI x Pré	539	76
Total	539	91
D	. C	4

			30.06.2009
	Valor de	Valor pela	Ganhos não
Descrição	Referência	Curva	realizados
Contratos de Swap			
Taxas: Prefixado x CDI	39.571	38.899	672
Totais em 30.06.2009	39.571	38.899	672
Totais em 30.06.2008	27.608	27.532	76
		Curto Prazo	150
		Longo Prazo	522

Os vencimentos dos cont	ratos de Swap estao	assım distribi
Até 30 dias	302	299
De 31 a 60 dias	298	294
De 61 a 90 dias	294	290
De 91 a 180 dias	854	844
De 181 a 360 dias	7.955	7.827
Acima de 360 dias	29.868	29.345
	39.571	88.899

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, assim cenarizado:

Comu	rio provaver	Ditte	· çuo
assim (considerada	pela A	dministração:

assim consider	ida pera 110	mministração	•								
Vértices(d.u.)	1	21	42	63	126	252	504	756	1008	1260	2520
CDI a.a.	8,62	8,62	8,60	8,60	8,66	9,14	10,58	11,37	11,83	12,01	12,37
 Cenário possí 	vel – situaç	ão com dete	erioração de	25% da v	ariável de 1	isco consid	lerada (no	caso, CDI):		
Vértices(d.u.)	1	21	42	63	126	252	504	756	1008	1260	2520
CDI a.a.	10,93	10,93	10,91	10,91	10,97	11,45	12,89	13,68	14,14	14,32	14,68
 Cenário remo 	to – situaçã	io de estress	e, com deter	rioração de	e 50% da v	ariável de	risco consi	derada (no	caso, CDI):	
Vértices(d.u.)	1	21	42	63	126	252	504	756	1008	1260	2520
CDI a.a.	13,25	13,25	13,23	13,23	13,29	13,77	15,21	16,00	16,46	16,64	17,00
			Dom		do omálico	do concibil	lidada				

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Swap (Prefixado X CDI)	Alta do CDI	2.723	1.595	521

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito se concentram em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a. Classificação por risco de crédito:

Níveis					
de Risco	% Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	-	21.742	-	22.870	0
A	0,5%	164.203	(821)	145.787	(729)
В	1%	15.628	(157)	19.766	(197)
C	3%	9.582	(287)	10.813	(324)
D	10%	8.072	(807)	3.885	(389)
E	30%	5.214	(1.564)	5.182	(1.555)
F	50%	6.753	(3.377)	2.352	(1.176)
G	70%	6.053	(4.237)	1.149	(804)
H	100%	11.957	(11.957)	2.507	(2.507)
Totais		249.204	(23.207)	214.311	(7.681)
Total cur	to prazo	155.387	(14.458)	110.990	(3.978)
Total long	go prazo	93.817	(8.749)	103.321	(3.703)
		la permissib			
2º do ort	10 do Docola	1080 no 2 69	2/1000 46	Concolho	Monatária

A instituição utiliza da permissibilidade admitida pelo paragrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do artigo retro mencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco.

180 dias

Totais.

A vencer de 181 a 360 dias

A vencer após 360 dias

Atividade Carteira Carteir	b. Classificação				2000
Econômica Carteira Carteira Carteira Intermediários 21.742 9% 22.870 10% Indústria 13.486 5% 20.186 9% Comércio 24.64 1% 1.256 18% Serviços 45.632 18% 12.072 6% Pessoa Física 16.808 67% 157.97 774% Totais 249.204 100% 214.311 100% C. Classificação por produte 30.06 20% Produtos Carteira Carteira Carteira Capital de Giro 54.042 22% 22.49 12% Conta Garantida 3.374 1% 3.014 1% Títulos 25.4042 22% 25.491 12% Conta Garantida 3.374 1% 3.014 1% Títulos 26.008 864 0% 3.259 2% Crédito Direto ao Consumidor 144.296 58% 171.379 80% Crédito Direto ao Consumidor 249.204 100% 214.311 100% Crédito Direto ao Consumidor 249.204 100% 214.311 100% Crédito Direto ao Consumidor 249.204 100% 214.311 100% Credito Direto ao Consumidor 240.208 171.379 80% Credito Direto ao Consumidor 25.409 171.309 170.008 Credito	44.11.1	30.00		30.00	
Intermediários Financeiros 21.742 9% 22.870 10% 10mústria 13.486 5% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 9% 20.186 20.				a	
Financeiros 21.742 9% 22.870 10% Indústria 13.486 5% 20.186 9% Comércio 264 1% 1.256 1% Serviços 45.632 18% 12.072 6% Pessoa Física 168.080 67% 157.927 7740 104is 249.204 100% 214.311 100% c. Classificação por produtor 30.06.2009 % 214.311 100% 214.311 20% 21		Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Indústria		21 = 12	0.00		4000
Comércio 264 1% 1.256 1%					
Serviços 45.632 18% 12.072 6% Pessoa Física 168.080 67% 157.927 74% Totais 249.204 100% 214.311 100% c. Classificação por produte: 30.06.2009 30.05.2008 30.05.2008 Produtos Carteira Carteira Capital de Giro Carteira Carteira					
Pessoa Física 168.080 249.204 100% 249.204 100% 214.311 157.927 74% 100% 214.311 74% 100% 214.311 100% 214.311 74% 100% 214.311 100% 214.311 100% 214.311 100% 214.311 100% 214.311 100% 214.311 100% 214.311 21.00% 214.311 20.00 2.008 30.06.2008 2008 2.008 20.00 2.008					
Totais 249.204 100% 214.311 100% c. Classificação por produtor 30.06.2009 30.06.2008 % % Produtos Carteira 12% 25.491 12% 12% 12% 25.491 12% 20.11% 12% 12% 20.491 12% 20.11% 12% 20.11% 12% 20.11% 12% 20.11% 12% 20.11% 20.11% 12% 20.11%					
C. Classificação por produto: 30.06.2009 Produtos Carteira Carteira					
No.	Totais	249.204	100%	214.311	100%
Produtos Carteira Capital de Giro Conta Garantida 54.042 22% 25.491 22% 25.491 22% 25.491 12% 25.491 22% 25.491 22% 25.491 12% Conta Garantida Títulos 3.374 1% 3.014 1% 1% 1% 1% 1% 1% 1% 1% 1% 1% 1% 1% 1%	c. Classificação	or produte):		-
Produtos Carteira		30.06		30.06	
Capital de Giro 54.042 22% 25.491 12% Conta Garantida 3.374 1% 3.014 1% Títulos Descontados 864 0% 3.259 2% Crédito Pessoal 144.296 58% 171.379 80% Crédito Direto ao Consumidor. 46.628 19% 11.168 5% Tottais 249.204 100% 214.311 100% d. Classificação por prazo: 30.06.2009 30.06.2008 Prazos de Vencimento Carteira 9.902 5% A vencer até 30 dias 23.234 9% 15.912 7% A vencer de 31 a 60 dias 15.726 6% 11.229 5%			%		%
Conta Garantida 3.374 1% 3.014 1% Títulos 864 0% 3.259 2% Descontados 864 0% 3.259 2% Crédito Pessoal 144.296 58% 171.379 80% Crédito Direto ao Consumidor 46.628 19% 11.168 5% Totais 249.204 100% 214.311 100% d. Classificação por prazo: 30.06.2009 30.06.2008 % Vencimento Carteira Carteira % Vencidas 20.116 8% 9.902 5% A vencer até 30 dias 23.234 9% 15.912 7% A vencer de 31 a 60 dias 15.726 6% 11.229 5%	Produtos	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Títulos Descontados 864 0% 3.259 2% Crédito Pessoal 144.296 58% 171.379 80% Crédito Direto 20 100% 214.311 100% d. Classificação por prazo: 249.204 100% 214.311 100% d. Classificação por prazo: % 30.06.2008 % % Prazos de Carteira Carteira 9.902 5% Vencidas	Capital de Giro	54.042	22%	25.491	12%
Descontados 864 0% 3.259 2% Crédito Pessoal 144.296 58 171.379 80% Crédito Direto ao Consumidor. 46.628 19% 11.168 5% Totais	Conta Garantida	3.374	1%	3.014	1%
Crédito Pessoal 144.296 58% 171.379 80% Crédito Direto ao Consumidor 46.628 19% 11.168 5% Totais 249.204 100% 214.311 100% d. Classificação por prazo: 30.06.2009 30.06.2008 % Prazos de Vencimento Carteira Carteira Carteira 9.902 Carteira Vencidas 20.116 8% 9.902 5% A vencer até 30 dias 23.234 9% 15.912 7% A vencer de 31 a 60 dias 15.726 6% 11.229 5% A vencer de 61 5% 5% 11.229 5%	Títulos				
Crédito Direto ao Consumidor. A6.628 249.204 19% 11.168 249.204 5% 214.311 5% 214.311 100% 214.311 100% 214.311 100% 2008 Trazos de Vencimento Carteira Vencidas	Descontados	864	0%	3.259	2%
ao Consumidor 46.628 / 249.204 19% / 11.168 5% / 214.311 100% d. Classificação por prazo: 30.06.2009 30.06.2008 30.06.2008 % Prazos de Vencimento Carteira Carteira Carteira Porcidas	Crédito Pessoal	144.296	58%	171.379	80%
Totais 249.204 100% 214.311 100% d. Classificação por prazo: 30.06.2009 30.06.2008 30.06.2008 Prazos de Vencimento Vencidas 2arteira Carteira % % 6 Carteira Carteira 5% A vencer até 30 dias 9.902 7% 7% 30 dias 23.234 9% 15.912 7% A vencer de 31 a 60 dias 15.726 6% 11.229 5% A vencer de 61 1 11.229 5%	Crédito Direto				
Totais 249.204 100% 214.311 100% d. Classificação por prazo: 30.06.2009 30.06.2008 30.06.2008 Prazos de Vencimento Vencidas 2arteira Carteira % % 6 Carteira Carteira 5% A vencer até 30 dias 9.902 7% 7% 30 dias 23.234 9% 15.912 7% A vencer de 31 a 60 dias 15.726 6% 11.229 5% A vencer de 61 1 11.229 5%	ao Consumidor.	46,628	19%	11.168	5%
Classificação Dr Prazo: 30.06.2009 30.06.2008	Totais	249.204	100%	214.311	
Vencimento Carteira 20.116 % Carteira 20.116 Carteira 8 Carteira 9 S% Carteira 9 Carteira 9 S% As carteira 9 S% A vencer de 31 a 60 dias a 15.726 15.726 6% 11.229 5%	d Classificação	nor prozes			
Vencinento Vencidas	u. Ciassificação	30.06	2009	30.0	6 2008
Vencimento Carteira 5% 5% 5% 5% 5% 4 Parteira 7% 15.912 7% 7% A vencer de 31 3 6% 11.229 5% 35% A vencer de 61 4	Prazos de				
Vencidas 20.116 8% 9.902 5% A vencer até 30 dias 9% 15.912 7% A vencer de 31 a 60 dias 15.726 6% 11.229 5% A vencer de 61 60 11.229 10	Vencimento	Carteira		Carteira	Carteira
A vencer até 30 dias					
30 dias		20.110	0 70	7.702	570
A vencer de 31 a 60 dias		23 234	0%	15 012	7%
a 60 dias		23.234	770	13.712	7 70
A vencer de 61		15 726	6%	11 220	5 %
		13.720	0 70	11.227	3 70
		17 220	7%	11 484	5%
A vencer de 91		17.220	7 70	11.404	3 70

36 908

42.182

93.818 **249.204**

13%

17%

48% 100%

26 966

35.497

103.321 214.311

17%

38% 100%

e. Cessões de crédito:

O Banco Semear, de acordo com a Resolução nº 3.673/2008, do Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativa e adiou o prazo para a adoção pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil até 1º de janeiro de 2010, quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533/2008, do Conselho Monetário Nacional, será obrigatória, optou por manter, durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2009, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo

os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo com a Circular nº 2.568/1995 do Banco Central do Brasil, adotadas uniformemente até 30 de junho de 2009. e.1. Com instituições financeiras:
Neste semestre, foram realizadas cessões de créditos, com coobrigação, com instituições financeiras não ligadas, integrantes do SFN, e sem coobrigação, com Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDCs), no montante de R\$ 66.316 mil (R\$ 84.338 mil em 30 de junho 2008). Foram apurados lucros nas referidas operações de R\$13.750 mil (R\$ 9.412 mil em 30 de junho de 2008), os quais são parte integrante do Resultado de Operações de Crédito. Os contratos objeto das cessões realizadas referem-se a créditos consignados em folha de pagamentos de servidores públicos em geral, bem como de cessões realizadas referenses a creditors consignatos en forma de pagamentos de servidores públicos em geral, bem como de créditos direto ao consumidor - CDC. A composição das referidas cessões de créditos pode ser sumariada da forma seguinte:

CESSÕES DE Valor da Valor

CRÉDITO: Cessão Presente Resultado

INSTIT. FINANC.			
INTEGRANTES DO			
SFN - NÃO LIGADAS			
Com Coobrigação -			
crédito consignado	41.196	31.965	9.231
Com Coobrigação -			
crédito direto ao			
consumidor (CDC)	22.262	17.771	4.490
Sem Coobrigação -			
crédito consignado (FIDC)	2.858	2.829	29
Total em 30.06.2009	66.316	52.565	13.750
Total em 30.06.2008	84.338	74.926	9.412
Em 30 de junho de 2009, o	saldo dos	contratos ce	edidos com
coobrigação apresentam	o montant	te de R\$17	6.398 mil
(R\$168.953 mil em 30 de j	unho de 200	08).	

(RS168.953 mil em 30 de junho de 2008).

e.2. Com instituições não financeiras:

Neste semestre, foi realizada cessão de créditos, sem coobrigação, com empresa ligada e não integrante do SFN (Serra da Moeda Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.), classificados no nível de risco "H", no montante de R\$253 mil (R\$79 mil em 30 de junho de 2008), sendo apurado um prejuízo na operação de R\$395 mil (R\$537 mil em 30 de junho de 2008), o qual é parte integrante do Resultado de Operações de Crédito. Concomitantemente, com a mesma empresa ligada, também foi realizada cessão de créditos, sem coobrigação, os quais, já integralmente baixados a prejuízo (Risco HH). O valor da aludida cessão de crédito correspondente ao montante de R\$3.720 mil (R\$668 mil em 30 de junho de 2008), foi registrado na rubrica de Recuperação de Créditos como parte integrante do Resultado de Operações de Créditos como parte integrante do Resultado de Operações de Créditos como parte integrante do Resultado da referidas cessões de créditos pode ser sumariada na forma seguinte:

nariada na forma seguinte: 30.06.2009

CESSÕES DE Valor da CRÉDITO: EMPRESA LIGADA NÃO Presente Resultado INTEGRANTE DO SEN Créditos Risco "H" ... Créditos Risco "HH" 253 648 (395) (baixados a prejuízo) . Total em 30.06.2009 Total em 30.06.2008 2.534 1.918

f. Outras informações de operações de crédito:

No curso do semestre findo em 30 de junho de 2009, foi baixado para prejuízo o valor de R\$16.348 mil (R\$1.299 mil em 30 junho de 2008) e recuperados R\$4.116 mil (R\$ 2.638 mil em 30 de junho de 2008).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário - CCB, caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restrigem-se basicamente a Cédulas de Crédito Bancário - CCB.

Conforme divuleado na nota explicativa nº 11. parte da carteira

Ceduras de Crédito Bancário - CCB.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11, parte da carteira de operações de crédito consignado está garantindo, mediante Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, captação de recursos nas modalidades de Depósitos Interfinanceiros e Depósitos a Prazo.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Desde 2006, a Administração reconhece créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social, cujos montantes encontram-se devidamente registrados na escrituração fiscal da Instituição.

Ressalta-se que os mencionados créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, e encontram-se registrados na rubrica Outros Créditos, conforme nota explicativa nº 9, podendo ser demonstrados sinteticamente na forma seguinte:

30.06.2009

			30.06.2009
	Imposto	Contribuição	Saldo de
	de	social sobre	Créditos
Itens base do diferimento	<u>renda - PJ</u>	o lucro	<u>Tributários</u>
 Base Negativa e 			
Prejuízo Fiscal		-	
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido			
atual	-	-	
Constituição acumulada	264	160	424
Realização acumulada	(264)	(160)	(424)
Ajuste no semestre	(67)	(55)	(122)
Constituído	197	105	302
Reversão	(264)	(160)	(424)
Total em 30.06.2009			
Total em 30.06.2008			
2) Diferenças Temporárias:			
Provisão para crédito			
liquidação duvidosa	24,775	24.775	
Reversão provisão p/			
desvalorização - outros			
valores e bens	(112)	(112)	
Provisão PIS em	,	` /	
processo judicial	1.233	1.233	
Base de cálculo		25.896	
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido			
atual	6.450	3.884	10.334
Constituição acumulada	21.002	7.905	28.907
Realização acumulada	(14.552)	(4.021)	(18.573)
Ajuste no semestre		1.248	3.325
Constituição	4.862	2.918	7.780
Reversão		(1.670)	(4.455)
Total em 30.06.2009	6.450	3.884	10.334
Total em 30.06.2008	2.191	1.329	3.520
Total geral de ajuste em			
30.06.2009	2.010	1.193	3.203
Total geral de ajuste em			
30.06.2008		465	280
Total geral em 30.06.2009	6.450	3.884	10.334
Total geral em 30.06.2008	2.191	1.329	3.520
-		Curto Prazo	8,648
		Longo Prazo	1.686
4			4.71

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está prevista para um horizonte de tempo de longo prazo, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento

de Créditos Tributários elaborado pela Instituição e amparada em Orçamento preparado para o triênio de 2009/2011.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes - CDI de 10,19% a.a. - está descontado de R\$ 696 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 9,639 mil em 30 de junho de 2009.

9. OUTROS CRÉDITOS

O saldo do grupamento "Outros Crédito: Realizável a Longo Prazo, está composto Ativo Circulante "Outros Créditos", no Circulante e no 30.06.2009 30.06.2008

Jiversos	14.213	3.340
Adiantamentos diversos e		
antecipações salariais	88	93
Créditos Tributários - IRPJ e CSSL -		
nota (a)	8.648	457
Impostos e contribuições a compensar	2.377	1.310
Opções por incentivos fiscais	69	69
Devedores diversos - País	3.102	3.486
Provisão para perdas em outros		
créditos	(69)	(69)
Total	14.296	5.348
Nota (a) - vide nota explicativa nº 8 - 0	Créditos Trib	utários
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.06.2009	30.06.2008
Rendas a receber	3	
Diversos	9.618	10.585
Créditos Tributários - IRPJ e CSSL -		
nota (a)	1.686	3.063
Devedores por Compra de Valores		
e Bens	81	_
Devedores por Depósito em Garantia:	7.851	7.522
Imposto de Renda	107	107
Contribuição Social	205	205
COFINS e PIS	5.235	4.964
Recursos trabalhistas	2.190	2.147
Outros depósitos judiciais	114	99
Fotal	9.621	10.585
Devedores por compra de valores e l	bens	
Jacta compostus a Instituição alianou 70		

Devedores por compra de valores e bens
 Neste semestre, a Instituição alienou 78.388 ações livres de sua participação na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos para Advent Depository Participações S.A, no valor de R\$4.056 por ação, sendo parte recebido a vista e parte retida pela compradora para garantir perdas que venham a ser efetivamente incorridas, de acordo com as hipóteses de ressarcimentos previstas em contrato. Em 30 de junho de 2009, o saldo da parcela retida apresenta o montante de R\$81 mil.
 A composição da rubrica de "Devedores Diversos - País" pode ser sumariada da seguinte forma:
 Devedores Diversos - País
 30.06.2009
 30.06.2008

2008

Devedores Diversos - Pais	30.06.2009	30.06.2008
Liquidação operação de crédito a		
processar	660	287
Garantia de operações de crédito a		
formalizar	1.628	2.558
Fraudes na formalização de operações		
de crédito	565	274
Conta Gráfica - Alienação Participação		
RS CFI		356
Outros devedores diversos		11
Total	2 102	2 406

10. OUTROS VALORES E BENS

O saldo do grupamento "Outros Valor	res e Bens", n	o Circulante
e no Realizável a Longo Prazo, enco	ntra-se repres	sentado por:
Ativo Circulante	30.06.2009	30.06.2008
Bens não de uso próprio	-	378
Material em estoque	52	26
(-) Provisão para perda na alienação		
de bens	-	(128)
Despesas antecipadas	6.153	4.792
Comissões sobre operações de crédito	6.151	4.750
Outras despesas antecipadas	2	42
Total	6.205	5.068
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.06.2009	30.06.2008
Despesas antecipadas	10.663	12.752
Comissões sobre operações de crédito	10.663	12.752
Total	10.663	12.752
1. DEPÓSITOS		
O coldo do comto do Domácitos mo C	Sucreloute a m	a Erriafral a

Longo Prazo, encontra-se representado por: Depósitos à Vista 30.06.2009 De Pessoas Ligadas 1.100 36: De Pessoas Físicas 41 6: De Pessoas Jurídicas 1.568 Saldos Credores - contas de emprest. e financiamentos - 1.318 Depósitos Vinculados 864 1.318 Total - Curto prazo 3.573 3.300
De Pessoas Ligadas 1.100 36: De Pessoas Físicas 41 6: De Pessoas Jurídicas 1.568 1.54: Saldos Credores - contas de emprest. e financiamentos - 5: Depósitos Vinculados 864 1.318 Total - Curto prazo 3.573 3.301
De Pessoas Físicas 41 6 De Pessoas Jurídicas 1.568 1.545 Saldos Credores - contas de emprest e financiamentos - 8 Depósitos Vinculados 864 1.318 Total - Curto prazo 3.573 3.301
De Pessoas Jurídicas 1.568 1.545 Saldos Credores - contas de emprest. e financiamentos - 5 Depósitos Vinculados 864 1.318 Total - Curto prazo 3.573 3.301
Saldos Credores - contas de emprest. e financiamentos. 6 8 Depósitos Vinculados. 864 1.318 Total - Curto prazo. 3.573 3.301
emprest. e financiamentos 864 1.318 Depósitos Vinculados 864 1.318 Total - Curto prazo 3.573 3.301
Depósitos Vinculados 864 1.318 Total - Curto prazo 3.573 3.301
Total - Curto prazo 3.573 3.301
Depósitos Interfinanceiros 30.06.2009 30.06.2008
De Instituições Financeiras - Não
Ligadas
Sem garantia
Com garantia de operações de
crédito consignado 17.462 25.000
Total 27.698 28.867
Curto prazo 22.854 13.767
Longo prazo 5.024 15.100
Depósitos a Prazo 30.06.2009 30.06.2008
Com Certificado
De Pessoas Ligadas
De Pessoas Físicas
De Pessoas Jurídicas
De Institucionais
Sem garantia
Com garantia de operações de
crédito consignado 11.937
Sem Certificado - Com Garantia
Especial FGC
De Pessoas Físicas 5.807
De Pessoas Jurídicas
De Institucionais 10.076
Total 190.714 143.999
Curto prazo 55.988 40.132
Longo prazo
Outros Depósitos 30.06.2009 30.06.2009
Outros Depósitos 30.06.2009 30.06.2009 Depósitos para investimentos 158 37
Total - Curto prazo
Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram

se em 64% da carteira por vencimentos acima de 360 dias, cujo se em 64% da carteira por vencimentos acima de 360 dias, cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas. O Banco Semear S.A. possui captação de recursos estruturada com garantia de operações próprias de crédito consignado em folha de pagamento formalizada através de Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, nos seguintes modelos: I. Mediante emissão de Certificados de Depósitos Interfinanceiros CDI junto à instituição financeira não ligada e integrante do SFN, no montante de R\$17.642 mil, com fluxo de realização vincendo em 25 (vinte e cinco) meses, conforme composição abaixo: Valor R\$mil

Valor CDIs emitidos em 30 de junho de 2008 Saldo da aplicação em 30 de junho de 2009 Garantia mínima exigida em contrato (125%) Quantidade de operações de crédito dadas em garantia ... 8.069 garantia .

Saldo da aplicação em 30 de junho de 2009	11.937
Garantia mínima exigida em contrato (120%)	14.325
Quantidade de operações de crédito dadas em	
garantia	5.517
Tal operação decorre da habilitação do Banco Sei	near S.A. ao

Programa para Aplicação de Recursos do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, com limite aprovado de R\$37.893 mil.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo do grupamento "Outras Obrigações", no Circulante e no Exigível a Longo Prazo, está composto por: Passivo Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos
Sociais e Estatutárias 30.06.2009 182 30.06.2008 251 1.700 Fiscais e previdenciárias 1.463 12.612 Cheque administrativo . 142 Provisão para pagamentos a efetuar Credores diversos – País 103 12.469 16.389 14.305 16.382 30.06.2008 941 Passivo Exigível a Longo Prazo
Fiscais e previdenciárias 30.06.2009 1.367 Credores diversos - País ... A rubrica de "Fiscais e Previdenciárias" pode s

Fiscais e previdenciárias Prazo 1.895 Prazo

Provisão para riscos fiscais.

Total em 30.06.2009 1.367 3.262 2.404 1.895 1.463 Total em 30.06.2008 A composição da rubrica de "Credores Diversos - País ser sumariada na forma seguinte:

Credores Diversos - País	Saldos	Curto	Longo Prazo
Cobrança a liquidar Créditos de cobrança simples e	113	113	
aucionada decebimentos de créditos cedidos a	78	-	78
epassarContribuições para o FGC	14.529 77	10.141 77	4.388
Contratos de operações de crédito liberar	266	266	-
réditos a baixar de operações de rédito	1.465	1.460	5
Ornecedores diversos Créditos a devolver de descontos	292	292	-
onsignados	168	102	66
Outros credores diversos	18 17.006	18 12.469	4.537
otal em 30.06.2008	18.479	14.305	4.537
		Cont	inua



Grupo Seculus

BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Rua Paraíba, 330 - 22º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2009 - (Valores expressos em milhares de reais)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social é de R\$43.660 mil, representado por 39.660 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal Em 30 de junho de 2009, através de deliberação de Assembléia Geral de Acionistas, foi aprovado um aumento do capital social de R\$4.078 mil, representado por 4.078 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal do capital social, cujo processo encontra-se aguardando a homologação do Banco

b. Reservas

Central do Brasil.

A Reserva de Lucros é representada pela Reserva Legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

c. Juros sobre o capital próprio

No semestre findo em 30 de junho de 2009 foram creditados aos acionistas, o montante de R\$2.000 mil a título de remuneração de juros sobre o capital próprio, o qual, líquido do imposto de renda retido na fonte equivale a R\$ 1.700 mil.

d. Destinação do resultado

No encerramento do semestre, por proposta da administração, foram destinados R\$4 mil para Reserva Legal, bem como, R\$2.000 mil para crédito de remuneração de juros sobre o capital próprio aos acionistas. Relativamente ao montante de R\$ 27.002 mil (R\$ 37.013 mil em 30 de junho de 2008). permanece classificado em reserva de retenção de lucros, para destinação futura, com o objetivo de fortalecimento do capital próprio do Banco.

e. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/ 07 (Novo Acordo de Capital - Basiléia II)

Amparadas nos desdobramentos do Novo Acordo de Capital (Basiléia II), proposto pelo Comitê de Basiléia para a Supervisão Bancária, foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional as Resoluções nº 3.380/2006 e nº 3.464/2007, que, respectivamente, tratam das estruturas de gerenciamento de risco operacional e de mercado. Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou as Circulares nº 3,360 a nº 3,368, nº 3.383 e nº 3.389, todas de 2008, definindo as metodologias de apuração das parcelas de capital para a cobertura dos Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

Para a compatibilização desses requerimentos, o Conselho Monetário Nacional já havia editado a Resolução nº 3.444/ 2007, que define o Patrimônio de Referência (PR), e a Resolução nº 3.490/2007, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (Basiléia II), com vigência a partir de 1° de julho de 2008.

Os impactos desse enquadramento podem ser sumariados no quadro abaixo:

Descrição	30.06.2009
Patrimônio Líquido Ajustado	73.861
(+/-) Resultado do semestre	84
(-) Redução dos Ativos Diferidos	(475)
(=) Patrimônio de Referência Nível I	73.470
Patrimônio de Referência Nível II	
Patrimônio de Referência Total (Nível I +	
Nível II) (a)	73.470
Alocação de Capital (por risco) - Resolução	
nº 3.490/2007 (a partir de 01/07/2008)	
Risco de Crédito (Pepr)	42.518
Risco de Mercado	1
Risco Operacional (Popr)	2.809
Patrimônio de Referência Exigido (b)	45.328
Margem (a - b)	28.142
% de adeguação do patrimôio de referência	
(a/b)	162%
Capital direcionado para operações da carteira	
de Banking (c)	1.077
Margem final (a - b - c)	27.065
Basiléia II	17,83%
O coeficiente de Basiléia II foi apurado confor	

descrita a seguir:

Basiléia II =
$$\left\lceil \frac{PR}{PRE} \right\rceil$$

Onde:

PR = Patrimônio de Referência, conforme Resolução nº 3.444/ 2007;

PRE = Patrimônio de Referência Exigido, conforme Resolução nº 3.490/2007; F = 11%.

No semestre findo em 2009, o coeficiente de adequação ao Patrimônio de Referência Exigido (Basiléia II) é de 17,83% enquanto o mínimo requerido é de 11%. Em relação à exigência mínima de Capital e Patrimônio Liquido para o funcionamento, a Instituição encontra-se de acordo com os limites determinados pela Resolução nº 2.099/1994.

14. RECEITAS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO

FINANCEIRA

A composição das receitas e despesas da intermediação financeira no semestre pode ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:

Receitas da Intermediação

Financeira	30.06.2009	30.06.2008
Operações de crédito:	42.767	36.646
Rendas de empréstimos	19.924	23.223
Capital de giro	2.724	4.055
Conta garantida	466	235
Crédito pessoal	16.734	18.933
Rendas de títulos descontados	115	552
Rendas de financiamentos	5.391	1.520
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	5.369	1.503
Crédito Direto ao Consumidor com		
Interveniência - CDCI	22	17
Recuperação de créditos	4.116	2.638
Resultado da cessão de créditos	13.355	8.878
(-) Reversão de cessão de créditos .	(134)	(165)
Resultado de operações com tit. e		
val. mobiliários:	2.287	894
De aplicações interfinanceiras de		
liquidez	553	554
De títulos e valores mobiliários	1.152	340
Rendas de títulos de renda fixa	1.152	340
Rendas de aplic. em Fundos de		
Investimentos	600	
Ajuste negativo ao valor de mercado	(18)	
Resultado com instr. financeiros		
derivativos:	539	91
De operações com derivativos		15
De operações SWAP	539	76
Total	45.593	37.631
Despesas da Intermediação		
Financeira	30.06.2009	30.06.2008
Operações de captação no mercado:	(10.235)	(8.408)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(1.913)	(337)
Despesas de depósitos a prazo	(8.138)	(7.952)
Despesas de opers, compromissadas	(40)	(8)
Outras despesas de captação (FGC)	(144)	(111)
Provisão para créditos liq. duvidosa	(22.542)	(4.332)
Total	(32.777)	(12.740)

15. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição das receitas e despesas op-

presenta a seguinte segregação: leceitas (Despesas) Operacionais	30.06.2009	30.06.2008
Receitas de prestação de serviços:	115	58
Rendas de garantias prestadas	115	58
Rendas de tarifas bancárias:	1.224	1.045
Receitas de confecção e renovação		
de cadastro - PF	1.023	937
Receitas de saque, transf. e outras	1.023	751
rendas - PF	134	48
Receitas de confecção de cadastro - PJ	36	17
Receitas de transferência de	30	17
recursos - PJ	14	14
Receitas de operações de crédito e	14	14
outras rendas - PJ	17	29
Despesas de pessoal:	(790)	(713)
Benefícios	(184)	(183)
Encargos sociais	(152)	(124)
Proventos	(421)	(380)
Despesas de honorários de Diretoria	(33)	(26)
Outras despesas administrativas:	(15.714)	(20.492)
Comissões sobre operações de crédito	(9.673)	(11.512)
Despesas de marketing	(44)	(246)
Despesas de processamento de dados	(1.240)	(963)
Despesas de processamento de dados Despesas de seguros	(61)	(23)
Despesas de serviços do SFN	(777)	(477)
Despesas de serviços do 31 N Despesas de serviços técnicos	(111)	(477)
especializados	(1.112)	(830)
Despesas de outros serviços de terceiros	(873)	(3.964)
Demais despesas administrativas	(1.934)	(2.477)
Despesas tributárias:	(471)	(451)
Tributos federais		
PIS	(392)	(370)
COFINS		(211)
	(71)	(52)
IOF bancado	(81)	(107)
Tributos estaduais	(1)	(2)
Tributos municipais	(78)	(79)
ISS	(62)	(53)
Outros tributos municipais	(16)	(26)
Outras receitas operacionais:	1.656	<u>767</u>
Recuperação de encargos e despesas	399	53
Reversão de provisões operacionais	128	116
Outras rendas operacionais	1.129	598_
Comissão de permanência no	770	251
recebimento de créditos	772	251
Multas no recebimento de créditos		106
em atraso	60	186
Variações monetárias ativas	221	149
Outras rendas operacionais	76	12
Outras despesas operacionais:	(2.681)	(3.976)
Descontos concedidos no	(2.609)	(2.017)
recebimento de créditos	(2.608)	(3.917)
Perdas com fraudes em operações	(26)	
de crédito Perdas na formalização de	(26)	-
operações de crédito (portabilidade)	(34)	_
Outras despesas operacionais	(13)	(59)
otal	(16.661)	(23.762)
		(201.02)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na form

		30.06.2009		30.06.2008
Discriminação	Imp.de Renda	Contrib. Social	Imp.de Renda	Contrib. Social
Lucro antes da tributação sobre o lucro e				
participações estatutárias	(1.796)	(1.796)	3.775	3.775
Juros sobre o capital próprio	(2.000)	(2.000)	-	-
Participações empregados	(10)	(10)	-	-
Adições (exclusões) permanentes	163	163	341	341
Difer. temporárias não diferidas	-	-	211	211
Difer. temporárias diferidas (a)	7.318	7.318	(855)	(855)
Resultado líquido ajustado	3.675	3.675	3.472	3.472
(-) Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(364)	(364)	-	-
Base de cálculo tributável	3.311	3.311	3.472	3.472
Alíquota base	(497)	(497)	(521)	(313)
Alíquota adicional	(319)	-	(335)	-
Diferença Aliquota C. Social				(62)
Totais - valores correntes	(816)	(497)	(856)	(375)
Ativo fiscal diferido (a)	2.010	1.193	(185)	465
Totais - Geral	1.194	696	(1.041)	90
	1.890		(951)
(a) Ver nota explicativa nº 8 - Créditos Tributários				

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Depósitos	Depósitos	Receitas (despesas)
Em 30.06.2009	a vista	a prazo	do semestre
Seculus Negócios de Varejo	426	404	(3.133)
Serra da Moeda			
Securitizadora de Créditos	29	-	3.325
Seculus Tecnologia S.A.			
(Prime Systems)	-	-	(246)
Empresas e pessoas físicas -			
Grupo Seculus	645	51.255	(2.638)
Total operações - empresas			
ligadas	1.100	51.659	(2.692)
Empresas e pessoas físicas			
não ligadas	2.473	139.055	
	3.573	190.714	
Curto prazo	3.573	55.988	
Longo prazo		134.726	
			Receitas
	Depósitos	Depósitos	(despesas)
Em 30.06.2008	a vista	a prazo	do semestre
Seculus Negócios de Varejo	8	241	(3.660)

Em 30.06.2008	a vista	a prazo	do semestre
Seculus Negócios de Varejo	8	241	(3.660)
Serra da Moeda			
Securitizadora de Créditos	40	-	(38)
Empresas e pessoas físicas -			
Grupo Seculus	315	42.634	(2.302)
Total operações - empresas			
ligadas	363	42.875	(6.000)
Empresas e pessoas físicas			
não ligadas	2.938	101.124	
-	3.301	143.999	
Curto prazo	3.301	40.132	
Longo prazo		103.867	
	~		

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Administração entende que a cobertura de seguros, em 30 de junho 2009, é suficiente para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. A Instituição possui processos trabalhistas, principalmente originados na gestão anterior à aquisição do controle societário da Instituição pelos acionistas do Grupo Seculus, no montante de R\$2.139 mil, integralmente suportado por depósitos judiciais, cujo valor está garantido por Instrumento Particular de Constituição de Fiança, formalizado por seus acionistas controladores, os quais reconhecem e se declaram como principais pagadores da obrigação quando de seu trânsito em julgado. Em decorrência de sua constituição e considerando a

obrigação contratual dos antigos acionistas de ressarcirem os atuais acionistas fiadores na forma ajustada no instrumento particular de compra e venda de ações da Instituição, decidiu a Administração pelo não-provisionamento do referido valor. II. Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com a instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco Semear constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância à Resolução nº 3.477, de 26 de julho de 2007, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste num canal de instância final de atendimento a demandas consiste num canal de instância final de atendimento a demandas

consiste num canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

III. Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Semear S.A. mantém sistema informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, visando garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas do mercado e compativel aos produtos e processos da Instituição. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede da Instituição à disposição dos interessados.

risco operacional encontra-se na sede da Instituição à disposição dos interessados.

IV. Por sua vez, o Banco Semear constituiu estrutura para o gerenciamento de Risco de Mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, buscando desenvolver as melhores práticas do mercado no gerenciamento deste risco, apoiando-se em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de Basiléia. Adicionalmente, a Instituição também promoveu um upgrade de seu sistema informatizado de forma a garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente - Artur Geraldo de Azevedo Vice-presidente - Elcio Antonio de Azevedo

Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho Conselheiro

Conselheiro - Ilvio Braz de Azevedo

Conselheiro - Jairo Siqueira de Azevedo Conselheiro Marcio Jose Sigueira de Azevedo

DIRETORIA:

- Elcio Antonio de Azevedo Presidente

Vice-Presidente -Marcio Jose Siqueira de Azevedo

Diretor Renato Alexandre do Nascimento Azevedo

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Maria Aparecida F. de Souza Costa Contadora - CRC-MG: 48852

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas

Belo Horizonte - MG

- L Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Semear S.A., em 30 de junho de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos
- dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos flúxos de caixa correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contâbeis.

 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.
- 3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira do Banco Semear S.A. em 30 de junho de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

 4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 02, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas nas mesmas bases do semestre de 2009, como previsto na NPC 12 Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Entretanto, inexistem ajustes que poderiam afetar a comparabilidade dos semestres.

 Belo Horizonte, 07 de agosto de 2009.

 Luiz Carlos de Carvalho
 Sócio-Contador
 CRC ISP197193/O-6 "S" MG
 BDO Trevisan Auditores Independentes
 CRC 2SP013439/O-5 "S" MG

